



## Modernidade X Saúde

Moradores se preocupam com os riscos da instalação de antenas de celulares na Pampulha

Frederico Machado



Os habitantes da Alameda das Latâneas já convivem com a ERB há algum tempo

Preocupação com a segurança mobiliza a comunidade - pág. 3

Trânsito na Pampulha ainda há o que ser feito - pág. 6

Délio Malheiros fala sobre mobilização social - pág. 7

Preservação da natureza na Região da Pampulha - pág. 8

## editorial

Chegamos à quarta edição de nosso jornal ainda sem respostas ou soluções para uma série de problemas levantados pela comunidade de nossos bairros, e publicados nas edições anteriores.

Para relembrar a todos aqueles de quem dependemos para o andamento destas questões, voltamos ao assunto com a reportagem especial do mês de outubro. Como diz o ditado: “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”; faremos então nosso papel de água mole!

Mensagem muito bacana recebida em setembro, escrita pelo Betinho (irmão do Henfil), reforça a importância de nosso trabalho de participação na vida do país: “Para mim, um país depende muito mais de ações de cidadania do que de um presidente ou de partidos políticos”. Continuemos, então, com este nosso trabalho, tão importante.

Em sua palestra sobre segurança, no dia 13 deste mês, a comandante de nosso batalhão, Ten-Cel Luciene de Albuquerque falou da feliz experiência de comunidades de Belo Horizonte que se uniram num trabalho intitulado de Rede de Vizinhos Protegidos. O esforço destes grupos limita-se a estimular a convivência e o espírito de solidariedade e comunitário dos moradores de cada região, confirmando a tese de urbanistas de que a convivência entre vizinhos ajuda a diminuir violência e criminalidade de bairros. Faremos reuniões, novamente com moradores do Bandeirantes, objetivando traçar estratégias para a diminuição da violência em nossa região, que incluem também uma aproximação dos vizinhos. Contamos com a colaboração de cada um de vocês!! A parceria com a Polícia Militar continua, agora com mais uma dupla de bike-patrolheiros, que carrega um celular doado pela Pro-Civitas (anotem o número: 8856-3177!)

Outras novidades nas páginas seguintes. Boa leitura!

**Juliana Renault Vaz**  
Presidente da Associação Pro-Civitas

## cartas

“Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim e não dizem nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizem nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta e porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada.”

W. Maiakowsky

Esse poema de Maiakowsky foi um marco em minha juventude - e certamente nos de minha geração - nos tempos de resistência estudantil à repressão da ditadura. São outros os tempos, mas o poema permanece contundente e atual como nunca, a nos relembrar o essencial exercício da reflexão crítica e da permanente vigilância em torno de direitos conquistados e por conquistar.

São muitos os desafios e dilemas impostos por nossa atual vida urbana, sob o domínio da tecnologia, da competição, da corrupção, da violência, do individualismo.

Como resposta a esses desafios, permanecem perenes as alternativas pautadas pela solidariedade, pela coesão, pela adesão a causas comunitárias comprometidas com uma consciência cidadã. É bem verdade que esse ideal de cidadania se encontra combatido. Mas os anseios são muitos, inesgotáveis. E não podem se silenciar, se isolar em poucas vozes.

Encaminho esta mensagem no contexto de uma campanha da Associação Pro-Civitas pela expansão de seu quadro de associados, ainda restrito e pouco representativo de nossa comunidade. Apesar do empenho da diretoria e da crescente divulgação de conquistas e realizações, tem sido tímida e inexpressiva a expansão do número de associados. Mas certamente todos concordarão que vale a pena avançar na consolidação de nossa organização! Vale a pena lutar pelo nosso entorno.

Vale a pena mobilizar nossos amigos e vizinhos pelo fortalecimento de nossa Associação. Cada um de nós pode se envolver na conquista de um parceiro para a expansão dessa causa, para que sempre possamos dizer algo, oportunamente e coletivamente, antes que nada mais possa ser feito.

Maria das Graças de Castro Bregunci (por e-mail”).

## expediente

Presidente: Juliana Renault Vaz  
Vice-presidente: Raquel Teixeira Braga de Souza Goulart.  
Diretor Administrativo-Financeiro: Carlos Antônio Quirino.  
Conselho Consultivo: Helder Novais, Paulo Emilio Gaisler e Tais Cunha.  
Conselho Fiscal: Claude Mines, Éder Figueiredo, Hélio Gonçalves, José Afonso Assumpção, José Flávio Barbosa e Fátima Cassis.  
Produção: C.R.I.A. UFMG Jr.  
Projeto Gráfico: Cláudia Mendonça.  
Diagramação: Heloisa Alvarenga.  
Projeto Editorial: Cláudia Mendonça, Flávia Reis e Sílvia Dalben.  
Apuração, Redação e Edição: Daniela Mercier, Flávia Ayer, Flávia Miranda, Frederico Machado, Heloisa Alvarenga, e Luciana Carvalho.  
Fotografia: Bernard Machado, Daniela Mercier, Délio Malheiros/Divulgação, Flávia Ayer, Frederico Machado e Heloisa Alvarenga.  
Jornalista Responsável: Jurandira Gonçalves - MG 10185 JP.  
Periodicidade: Bimestral - Tiragem: 3.000 exemplares.

“Juliana,

sou morador do bairro São Luiz e estudante de Comunicação Social da UFMG. Fiquei conhecendo o jornal Pro-Civitas lá mesmo na faculdade, já que o informativo é produzido pela empresa júnior de Comunicação. Moro em uma república de estudantes, e meus amigos e eu estávamos jogando bola na rua durante o feriado (dia 7), quando fomos fortemente repreendidos por um vizinho e, posteriormente, pelo responsável pelo imóvel onde moramos. Acreditando termos sido injustiçados, gostaria de contar com sua colaboração para a defesa daquilo que julgamos nosso direito. O outro incomoda. A presença de algo diferente num todo homogêneo sempre causou estranheza. E quase sempre preconceito. O outro é aquele que, chegando fim de semana, não pega sua raquete e corre para o late Clube. O outro, nesse caso, tem por prazer a pelada de rua. O fato é que, sob duras ameaças, a pelada foi proibida em ‘nosso bairro’.

Acataria a decisão dos ‘censores da bola’ se algum argumento plausível fosse apresentado. Mas isso ainda não aconteceu. Talvez o único pretexto cabível seria o de que a pelada estaria atrapalhando o trânsito. Acho que esse argumento não se aplicaria ao caso específico de ‘nosso bairro’, que bem sabemos ter um fluxo ínfimo de veículos. Entretanto, o único argumento que nunca foi sequer citado pelos ‘censores’ foi o do suposto atravancamento do trânsito.

Até agora, os argumentos foram ‘não pegar bem pra imagem do bairro pessoas de bermudinha chutando bola na rua’ ou de que os peladeiros seriam ‘potenciais usuários de drogas’. A bola é feita de borracha, e nunca, durante as três partidas anteriores à repressão, representou risco real de danos a imóveis, veículos ou pedestres. Encerro, na esperança de um dia poder excluir as aspas de ‘nosso bairro’.

Vitor Moreira (por e-mail”).

Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luís e São José

Av. Santa Rosa, 123 - Belo Horizonte - MG

CEP: 31.270-750

Tel: 3490-4564 - e-mail: pro\_civitas@terra.com.br

## Ação de moradores pode dificultar assaltos a residências

Representantes da Polícia Militar de Minas Gerais (PM-MG) reuniram-se no último dia 13, no Colégio Santa Marcelina, para apresentar propostas de prevenção a assaltos a residências de moradores dos bairros Bandeirantes, São Luís e São José. Iniciativa da Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes (ACBB), em decorrência de dois casos de arrombamento ocorridos nos meses de setembro e outubro na região, o encontro teve o apoio da Pro-Civitas. Estiveram presentes a comandante do 34º Batalhão da PM, tenente-coronel Luciene Magalhães de Albuquerque, o comandante da 17ª Companhia Especial da PM, Major William Soares Sobrinho, o tenente Douglas Porto e o delegado do 16º distrito policial civil, Hélio Sá Bernardes.

O presidente da ACBB, Afrânio Andrade, iniciou a reunião lembrando a importância do envolvimento da comunidade nas ocasiões de debate e decisão. "Precisamos ter uma participação mais consciente e efetiva dos moradores em relação à questão da segurança". Em seguida, a presidente da Associação Pro-Civitas, Juliana Renault Vaz, justificou o apoio dos moradores dos bairros São Luís e São José ao trabalho do bairro Ban-

Daniela Mercier



Júlia Becattini já teve sua casa invadida por duas vezes

deirantes. "Os três bairros possuem muitas semelhanças e a intenção é manter a união de esforços na luta por mudanças mais efetivas", explicou, ao citar o Movimento Defesa BH, do qual também é coordenadora, como um exemplo dessa tentativa de integração.

### Mais solidariedade entre vizinhos

Segundo levantamento da PM, apresentado aos moradores, a situação do bairro Bandeirantes em relação ao número de arrombamentos a residências não é alarmante, sendo constatada uma pequena redução (inserser dados a serem fornecidos pela

PM - a Polícia Militar enviará esses dados nesta segunda-feira) deste índice nos meses de julho e agosto deste ano, no comparativo ao mesmo período do ano anterior. "Não houve aumento, mas sim redução desses casos ao longo do ano. Mas é importante que os moradores fiquem atentos a essas incidências", explica a tenente-coronel.

Para a tenente-coronel Luciene, moradores e polícia devem trabalhar juntos para evitar que esses casos aconteçam. Uma das propostas da PM nesse sentido é a Rede de Vizinhos Protegidos, programa já implantado em 15 bairros da região metropolitana de Belo Horizonte, que consiste na formulação de estratégias de comunicação entre os moradores e seus vizinhos e a comunidade e a polícia. "A idéia é que os próprios moradores criem mecanismos próprios de comunicação. Muitos utilizam códigos como toalhas na janela ou uma iluminação diferente do jardim para comunicar atitudes e ocorrências suspeitas". No bairro Castelo, onde o programa foi implantado há cerca de um ano, o número de crimes violentos reduziu de 31 ocorrências por mês para apenas quatro, registradas em setembro deste ano.

Para ela, o motivo mais importante para a implantação do programa é a constatação de que os moradores não conhecem mais os próprios vizinhos, o que facilita a entrada de bandidos nos bairros. "Hoje em dia, não existe um tipo de pessoa(s) suspeita,

como se pensava antigamente. O criminoso pode ser de qualquer classe e sexo. O que existe é uma conduta suspeita, e isso só pode ser percebido quando conhecemos uns aos outros".

### Rotina alterada

Outro ponto levantado pela PM na reunião foram os cuidados que podem ser tomados pelos moradores para prevenir essas ocorrências. "A principal forma de evitar o arrombamento é dificultar a ação do bandido", afirmou o tenente Douglas. É o que também constata a funcionária aposentada e moradora do São Luís há 18 anos, Júlia Becattini. Nos últimos meses, ela mudou a rotina da empregada doméstica, que passou a trabalhar aos sábados, quando a família sai de casa, e a tirar folga às segundas-feiras. Júlia já teve a casa invadida por duas vezes, mas considera que foram ocorrências isoladas e afirma que o São Luís é um bairro relativamente tranquilo. "Mas só pelo fato de nós nos preocuparmos é sinal de que estamos sendo alvo", afirma.

### Algumas medidas que podem aumentar a segurança da casa

- \* Manter a frente da casa iluminada e com árvores podadas;
- \* Pedir a identificação de visitantes;
- \* Não dar donativos na porta de casa;
- \* Evitar que haja acúmulo de correspondências na caixa de correio (pode sinalizar que não há ninguém em casa);
- \* Deixar chaves reservas nos cômodos;
- \* Em relação aos empregados domésticos, verificar a idoneidade e evitar falar de assuntos financeiros próximos a eles;
- \* Atenção ao entrar e sair de casa.

Fonte: PM-MG

Daniela Mercier



Os moradores se mobilizam pela segurança coletiva

## Antenas de celulares gera

Apesar de trazer benefícios, a instalação das Estações

Frederico Machado



A Alameda das Princesas ganhou um inquilino indesejado

Há cerca de três meses, os moradores dos bairros São Luis e São José ganharam uma nova vizinha. Apesar das passeatas, faixas e outras manifestações, foi instalada uma antena de uma operadora de telefonia celular na Alameda das Princesas, no número 557. Já existe outra antena há mais tempo na Alameda das Latânias, entre a Avenida Santa Rosa e a Lagoa da Pampulha.

A instalação das Estações de Rádio Base (ERBs), como também são conhecidas as antenas, é regulamentada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Apesar das atribuições técnicas definidas nesta lei, a referida norma não alcança questões polêmicas, como danos causados pela radiação emitida por

essas antenas à saúde humana, e locais, como possíveis agressões ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Nesse sentido, algumas cidades brasileiras possuem uma legislação específica que determina normas a serem seguidas pelas operadoras de serviços de telecomunicações para obtenção de licença ambiental para instalação das ERBs. Por se tratar de uma legislação municipal e recente, não existem parâmetros nacionais que regulamentem a concessão das licenças, impossibilitando uma adequação dessas normas ao contexto econômico global.

Belo Horizonte conta com um Código de Posturas promulgado através da Lei Municipal nº 8616 de 14 de

julho de 2003, que reserva seu Capítulo III para tratar apenas da regulamentação das antenas de telecomunicações na cidade, indistintamente ao serviço ofertado (telefonia celular, internet via rádio, enlances, etc.). Uma das pioneiras capitais a criar legislação específica sobre o assunto, Belo Horizonte também instaurou em 2001 a Câmara Temporária para Licenciamento de Antenas de Telecomunicações (CTLAT). Segundo a Gerente de Licenciamento de Infraestrutura e autorizações especiais da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de BH, Eliana Furtado, "a Câmara foi criada visando agilizar o processo e garantir eficácia na concessão das licenças, visto que a demanda vem crescendo ultimamente". Na capital mineira, já existem cerca de 800 Estações de RBs, sendo que 14 delas estão localizadas na região da Pampulha.

Outro problema está nas antenas que estão em processo de licenciamento corretivo, implantadas antes da legislação vigente. Para Eliana Furtado, "é necessário que tais ERBs se adequem à lei, mas isso não é possível de uma hora para outra. Precisamos dar um prazo para as operadoras".

No entanto, o maior debate

quanto à instalação das antenas de celulares está nos possíveis efeitos colaterais causados pela radiação nos seres humanos. Segundo a professora e especialista no assunto Adilza Dode, essa foi uma tecnologia colocada no mercado sem estudo prévio necessário. "Já existem pesquisas em animais que demonstram resultados negativos dessa radiação. Como não há resultados significativos quanto a seres humanos, temos que ter precaução e avançar nos estudos sobre o assunto", explica Adilza. A posição da Prefeitura é outra. "Não cabe à Secretaria de Meio Ambiente definir critérios em relação à saúde, uma vez que não existem ainda estudos conclusivos sobre os danos da radiação. Garantimos apenas que o nível de radiação esteja dentro do limite da Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão máximo nesse sentido", explica Eliana Furtado.

Segundo a professora Adilza, as pesquisas sobre radiação são influenciadas. "Várias pesquisas estão sendo pagas pelas operadoras de celular. Os dados não batem com os de estudos realizados pelos órgãos públicos, e isso acaba prejudicando o rumo desse trabalho", afirma a professora.

No caso da antena instalada

### O número de ERBs no Brasil aumenta cada vez mais

Banda	Dez/04	Jan/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05
A	7.794	9.202	9.332	9.531	9.423	9.512
B	6.052	7.890	7.707	7.764	8.019	8.211
D	7.473	6.857	8.157	8.325	8.404	8.472
E	3.197	3.417	3.701	3.604	3.798	3.938
Total	24.516	27.635	28.897	29.224	29.644	30.133

## Um polêmica na Pampulha

As de Rádio Base pode gerar problemas para a região

na Alameda das Princesas, a polêmica foi grande. Eliana Furtado garante que essa ERB foi instalada de acordo com o processo previsto por lei. "A Secretária se atém a atuar dentro da legislação. Quando a operadora apresenta todos os documentos pedidos e atende aos requisitos impostos pela lei, como no caso dessa antena, não há como negar a licença requerida", explica Eliana. Em Belo Horizonte, a legislação exige que os moradores sejam comunicados de que haverá a instalação de uma antena no bairro. "Isso aconteceu, houve uma audiência pública, e até distribuímos material informativo para os moradores. Todos querem ter um celular, mas ninguém quer as antenas perto de sua casa", comenta Eliana.

Os moradores da região se mostram divididos quanto ao assunto. Para André Freitas, um dos proprietários do Restaurante Doce Dengo, localizado próximo à antena, "não é possível lutar contra o progresso. Tudo aquilo que vier para facilitar a nossa vida e o uso dos celulares é bem vindo".

Olga Barbosa, moradora de

um prédio ao lado da antena e na região há 30 anos, se mostra imparcial. "Não sei dos danos causados à saúde. Meu único medo é que a antena tombe aqui no prédio por causa do vento".

Já para a advogada e moradora da região Moema Figueiredo, que entrou com um processo na Secretaria de Saúde contra a instalação dessa antena, "a região da Pampulha é um patrimônio federal, e não municipal. Essa antena interfere na paisagem local".

Apesar da polêmica, as ERBs estão sendo instaladas com uma frequência cada vez maior com o aumento dos serviços de celular. Um bom exemplo é a chegada da Operadora de Telefonia Claro, que já deu entrada em pedidos de concessão para 170 ERBs em Belo Horizonte. Espera-se que, no mínimo, as especificidades previstas na lei sejam atendidas. Caso contrário, nossos belos horizontes estarão acompanhados de inúmeras estruturas metálicas como as já instaladas na Região da Pampulha.



Vantagens da telefonia móvel nem sempre compensam os riscos da radiação

## Regulamentação em diferentes localidades

A instalação e a operação de antenas de celulares são regulamentadas em diversas instâncias; existe a Lei 9.472/1997 – Lei Geral das Telecomunicações – que atua em âmbito nacional, mas também existem leis estaduais e municipais. A ANATEL regula os aspectos técnicos das instalações de telecomunicações, enquanto os municípios se encarregam do licenciamento relativo aos aspectos ambientais e paisagísticos.

Para a esfera nacional, a ANATEL estabeleceu como limite para a radiação o valor de 435mW/cm<sup>2</sup> (microwatts por centímetro quadrado) para densidade de irradiação para as antenas que operam no país. Essa potência é permitida para a exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequência de 9 kHz a 300 GHz.

Em países como Itália e Rússia, esse valor é de 10 microwatts/cm<sup>2</sup>, no Canadá, ele varia de 6 a 10 microwatts/cm<sup>2</sup>, na Áustria a radiação aceitável é de 0,1 microwatts/cm<sup>2</sup>. Na Suíça, onde a lei também permite um baixo nível de radiação (4,2 microwatts/cm<sup>2</sup>), esse valor é compensado pelo maior número de autorizações concedidas às operadoras de telefonia celular para a instalação de ERBs, garantindo, assim, o bom funcionamento dos celulares.

Porém, as taxas reduzidas de tolerância à radiação não se limitam aos países desenvolvidos: as legislações estaduais, criadas em São Paulo e Santa Catarina, e municipais, também contemplam aspectos como a acomodação e o funcionamento das ERBs, referentes ao local e à disposição das antenas, assim como a radiação máxima permitida. Apesar



ERBs: interferências na paisagem

de a ANATEL seguir o padrão estabelecido pela OMS, há, em cidades brasileiras, limites muito menores que o de Belo Horizonte. Por exemplo, Campinas determinou a marca de 100 microwatts/cm<sup>2</sup> como máximo permitido e Porto Alegre tem como valor limite 4,35 microwatts/cm<sup>2</sup>.

Há questões ambientais abordadas tanto nas legislações de Santa Catarina, São Paulo e BH, como, por exemplo, o licenciamento ambiental em três etapas: licenciamento prévio, licença de implantação e licença de operação. Outro quesito incluído na legislação de Santa Catarina é a disposição das antenas, que devem estar, no mínimo, a 30 m de distância das divisas do imóvel onde estiver instalada. A instalação de antenas num raio de 100 m de escolas e hospitais também é proibida. Assim como é vetada a disposição de ERBs em áreas de importância natural, cultural ou arquitetônica. A instalação de uma ERB implica consequências para a saúde dos indivíduos da comunidade na qual ela se insere e para o meio ambiente, além de interferir na paisagem, fatores que devem ser considerados pela legislação.



## artigo

## notícias

## Linha Verde Humana

Para qualquer brasileiro nascido no século passado, que não vai assim tão longe, é ainda uma utopia o conceito de DEMOCRACIA no seu sentido prático, onde o poder público existe para atender às necessidades das pessoas que vivem neste país.

De fato tudo tem se encaminhado absolutamente para o lado oposto, onde se revezam partidos e pessoas interessadas em enriquecer a todo custo a sua "dinastia" e marcá-la, como os faraós, com obras que lhes sobreviveram à inevitável morte.

Em nossa cidade tal fato não tem sido diferente! Caso prático e recente são as obras da LINHA VERDE na Av. Cristiano Machado. Desde a divulgação do projeto, passando por reuniões preparatórias; audiência pública, reuniões do COMPUR e COMAM e negociações diretas com a SUDECAP, BHTrans e Comissão de Transportes Nordeste, as associações de bairros impactados diretamente pelas obras, vêm lutando para incluir a visão popular no projeto. Somos quem vive e dá vida à cidade e precisamos nos implicar em defender a Qualidade de Vida como valor fundamental.

Não somos sábios, nem tão pouco leigos que conformados com a sua ignorância, aceitam a douta visão dos iluminados governamentais e acadêmicos. Esses últimos bradam sua oposição à LINHA VERDE apenas via WWW ou papel impresso. Não temos ouvido a voz de nenhum deles nos encontros oficiais sobre o tema!

Consideramos a LINHA VERDE um presente para a região e assim vamos recebê-la. Queremos ser também responsáveis por ela, pois dela vamos usufruir e conviver definitivamente em nosso dia-a-dia.

Lembramos a quem governa que o caminho escolhido pela nossa sociedade e registrado na Constituição de 1988, foi o da participação democrática, da liberdade e da diversidade de conhecimentos e papéis.

Ditadura? Nem a dos sábios e nunca mais!

Waldemar Pedro Filho  
Presidente da ACOBANFS

## Soluções para trânsito pesado em estudo

Em fase de discussão. Essa é a resposta para as reclamações feitas pelos moradores da região da Pampulha sobre os problemas no trânsito das avenidas Coronel José Dias Bicalho e Otacilio Negrão de Lima. As mudanças promovidas pela BHTrans em agosto de 2004 aumentaram o fluxo de veículos nas duas vias, o que gerou insatisfação nos moradores, comerciantes e transeuntes.

O morador da avenida Otacilio Negrão de Lima, Manoel Guimarães, reclama que "os veículos da população que mora após a barragem deveriam seguir pela Avenida Antônio Carlos, mas eles continuam pela orla da Lagoa e entram no bairro". De acordo com Manoel, na região há muitas residências e há muitos riscos para os pedestres. "Meu filho, por exemplo, foi atropelado há quatro anos na porta de nossa casa", conta.

As reivindicações dos moradores para alteração no tráfego que foram encaminhadas à BHTrans estão em fase de análise. "No momento, estão sendo feitos estudos e reuniões com a Regional Pampulha para tentar solucionar a questão do trânsito pesado na região", comenta o técnico da BHTrans que atende a Regional Noroeste-Pampulha, Edmar Moreira.



O trânsito intenso na avenida Otacilio Negrão de Lima oferece riscos para os pedestres

De acordo com Edmar, a ideia é intervir na região da orla da Lagoa para evitar o fluxo de veículos pesados, como caminhões, na Avenida Otacilio Negrão. "A fiscalização nessa área está sendo mais intensa para diminuir o fluxo", afirma o técnico. Para a Avenida Dias Bicalho, há proposta de mudança nas vias de circulação para reduzir o tráfego, direcionando o trânsito para a Abraão Caran, que tem vias mais largas, projetadas para um fluxo mais intenso.

Em busca de soluções para esses corredores de acesso, a Regio-

nal Pampulha está realizando reuniões com representantes da Polícia Civil, a Guarda Municipal e o Museu de Arte da Pampulha, entre outros envolvidos. "A própria Prefeitura propôs a colocação de um circular no entorno da Lagoa para tentar diminuir o fluxo de veículos", exemplifica Edmar. A BHTrans informou que a proposta está em início de discussão, pois o pedido da comunidade é recente. Além disso, estão sendo feitos estudos de custo e viabilidade para implementar a sugestão e ainda não há data para execução do projeto.

## Passarela também é alvo de críticas

A passarela construída na Avenida Antônio Carlos durante as obras para a criação da trincheira também é alvo de reclamação dos moradores e donos de estabelecimentos na região. A comerciante Fátima Cassis diz que a passarela ficou

em frente à sua loja e está mal-localizada, "pois está distante dos pontos de ônibus e as pessoas atravessam fora dela, correndo riscos de atropelamento". Além disso, a passarela ainda não tem iluminação. "Isso nos obrigou a fechar meia hora mais cedo, pois os

riscos para os clientes e funcionários da loja são grandes por causa da escuridão", reclama Fátima.

Para Edmar Moreira, "a passarela realmente ficou fora do lugar, mas mexer nisso agora é complicado". De acordo com o técnico, há uma proposta para o fechamento das laterais da trincheira para evitar que as pessoas atravessem sem utilizar a passarela e para realocação do trânsito da avenida Santa Rosa para incentivar a travessia segura.

A gerência de Comunicação Social da Pampulha informou que existe um projeto, orçado em cerca de R\$ 14 mil, para colocar iluminação na passarela, mas ainda não há previsão para a implementação da proposta.



A falta de iluminação na passarela obrigou os comerciantes a fechar as lojas mais cedo

## notas

## entrevista

**Pampulha perde novo posto de coleta seletiva**

A diretoria do Champion, localizado na Alameda das Princesas, bairro São Luis, decidiu que não colocará o posto de coleta seletiva no supermercado. O motivo alegado é a inviabilidade econômica, visto que o preço da instalação do posto seria de mais de seis mil reais. Outro fator apresentado foi que, mesmo que alguns clientes comprem produtos feitos de plástico, como refrigerantes em garrafas pet, por exemplo, o consumo é pequeno e, por isso não justifica que seja colocado o posto de coleta seletiva no local.

**Nova iluminação para o bairro São Luiz e São José**

Em setembro a iluminação de alguns pontos dos Bairros São Luis e São José foram trocados, por exemplo, na Alameda das Palmeiras. A iniciativa foi fruto de uma parceria entre a Prefeitura e a Cemig, que possui um planejamento para a troca periódica da iluminação. Essa renovação atende a reivindicações dos moradores que, por meio da Associação Pro-Civitas, manifestaram o desejo e a necessidade da troca à Regional Pampulha.

**Pro-Civitas virtual**

A Associação Pro-Civitas tem planos para integrar a internet, rede mundial de dados. Para isso, foi proposta a elaboração de um site para a Pro-Civitas, que já está em fase de execução por Gustavo Coelho.

**Terceiro assessor do prefeito**

De acordo com o Diário Oficial do Município (DOM) de primeiro de março deste ano, o ex-presidente do Cruzeiro e ex-vereador, César Masci, foi nomeado terceiro assessor do prefeito Fernando Pimentel, com data retroativa (primeiro de janeiro). A nomeação tem como base os termos das Leis nºs 7.169/96 e 9.011/05.

**Novidades na Regional**

Miriam Terezinha Barreto foi contratada como Gerente Regional de Regulação Urbana, responsável pela fiscalização, no lugar de José Maria. Miriam aguarda a contratação de dois gerentes que a auxiliarão em Posturas e Vias Públicas.

Advogado desde 1989, o vereador do Partido Verde (PV), Délio Malheiros, é defensor dos direitos do consumidor, já trabalhou no Procon de Minas Gerais e foi conselheiro da OAB/MG. Atualmente, advoga para o Movimento das Donas de Casa e está começando uma nova etapa em defesa do meio ambiente.

**JP: Qual o papel das associações de bairro, como a Pro-Civitas, com relação à melhoria das condições de vida dos moradores?**

DM: Elas exercem um papel importantíssimo na colaboração da formulação de políticas públicas de interesse da comunidade, como a questão do meio ambiente, de segurança pública, e, principalmente, envolvendo os assuntos internos da comunidade. Sem o apoio das entidades civis, o poder público não conseguirá atingir seus objetivos no que diz respeito a prestar bons serviços para a população e atender às demandas das comunidades.

**JP: Qual é a representatividade das parcerias e associações perante o poder público e quais são as limitações delas?**

DM: As entidades civis são organismos que têm plena legitimidade para representar a população junto aos órgãos públicos. Elas, talvez, não conheçam a força que têm do ponto de vista legal, uma vez que não sabem que podem, por exemplo, acionar o poder judiciário em quase todos os aspectos no que diz respeito à defesa dos direitos do consumidor, meio ambiente e qualidade de vida. Eu tenho procurado dar essa assessoria para que essas entidades civis

**Em defesa dos direitos do consumidor**

possam exercer esse direito previsto na lei e recorrer ao judiciário quando a comunidade for lesada. As associações têm a chamada representatividade ou legitimidade processual para acionar o poder judiciário em busca de uma proteção coletiva dos direitos das comunidades que elas representam.

**JP: Como é advogar para o Movimento das Donas de Casa?**

DM: Tenho experiência de 16 anos de advogar para este movimento, para os Procon's e diversas entidades civis de Minas e do Brasil, incluindo a OAB. E é uma experiência fantástica porque, com essas ações coletivas, nós conseguimos beneficiar todas as fami-



Délio Malheiros fala sobre o poder das associações civis

**“A iluminação pública deve ser custeada com os recursos do IPTU, mas os prefeitos conseguiram aprovar a contribuição para seu custeio”**

lias deste país, seja no que diz respeito aos aumentos abusivos dos planos de saúde, às seguradoras que lesam a população, a propagandas enganosas. Foram em torno de 83 ações civis públicas nos últimos 16 anos.

**JP: Em que consiste a denúncia que o senhor fez sobre o mau uso da taxa de iluminação pública e qual a sua posição sobre essa taxa?**

DM: A denúncia que tenho feito é que as prefeituras, e Belo Horizonte não foge à regra, estão arrecadando recursos além do necessário para custear a iluminação pública nas cidades. O caso de BH é afrontoso porque se arrecadam

mais de 70 milhões por ano, incluindo a arrecadação nas contas de luz e na guia do IPTU. Desta quantia, menos de 25 milhões são utilizados efetivamente na iluminação pública. Isso é grave porque rua mal iluminada é sinal de mais crimes acontecendo. Recorremos à justiça porque entendemos que não pode ser cobrada contribuição para a iluminação pública, mas, se o judiciário entender que pode ser cobrada a taxa, o recurso arrecadado deve ser utilizado integralmente na iluminação das ruas, das avenidas e das praças. O dinheiro não pode ser desviado para outras finalidades como as prefeituras vêm fazendo.

**JP: O que os consumidores podem fazer para que seus direitos não sejam lesados?**

DM: Eles devem, a cada dia, tomar mais consciência dos seus direitos lendo o código do consumidor e, em caso de lesão, não cruzar os braços, não se acomodar. Procurar os Procon's, as entidades civis de defesa dos consumidores, denunciar na imprensa. Eu creio que, com isso, eles estarão colaborando para que as lesões diminuam e a lei não seja tão desrespeitada.

## bairro-a-bairro

## Moradores comprometidos com a limpeza

Não é novidade que um dos grandes problemas, sobretudo dos centros urbanos, é o acúmulo de resíduos de todo o tipo. O excesso de lixo, aliado ao desprezo com relação ao meio ambiente, faz com que materiais como garrafas plásticas, entulhos e vidros recebam destino inadequado e acabem em lagoas e rios.

A reciclagem precedida da coleta seletiva, ou seja, da separação dos materiais recicláveis do restante do lixo, tem sido uma alternativa bastante utilizada para reduzir o volume de resíduos descartados no meio ambiente. Entretanto, para que esse trabalho seja eficiente, uma etapa anterior é necessária: a educação ambiental. Segundo a lei 9.795 de abril de 1999, a educação ambiental é "essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade". O cidadão, por meio da educação ambiental, compreende como afeta e é afetado pelo ecossistema.

Há quase dois anos, o engenheiro metalúrgico Helder Novais e sua família, moradores do bairro São Luís, passaram por uma mudança de hábitos e começaram a separar o lixo doméstico. "Temos quatro latões, cada um de uma cor onde depositamos papel, plástico, metal e materiais orgânicos", afirma o engenheiro. Ele acredita, entretanto, que a conscientização não é suficiente, por ser um processo lento. "O problema não é da Prefeitura, mas das pessoas. Acredito que deva haver uma fiscalização e punição mais rígidas", completa.

## Mutirão da limpeza

Uma das vítimas da degradação ambiental e do lixo é a Lagoa da Pampulha. No entanto, ações iso-



O lixo da Lagoa foi a motivação para o Pampulha Limpa

ladas e coletivas têm proporcionado a recuperação do cartão postal da capital. Desde 2003, o programa Pampulha Limpa realiza um trabalho de educação e conscientização ambiental junto à população e, principalmente, às escolas da região, tendo como foco o impacto do lixo na Lagoa. Neste ano, 4 escolas particulares e 10 públicas, num total de cerca de 700 estudantes da 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, participaram do programa.

Os universitários, monitores do Pampulha Limpa, fazem visitas periódicas às escolas, dando palestras sobre coleta seletiva, água, biodiversidade. "Além disso, é feita uma visita com os alunos a um local preservado e outro poluído, para que percebam o contraste entre as áreas", explica Leonardo Viana, fundador do projeto e morador da região da Pampulha. A ideia de criar o projeto surgiu nas frequentes caminhadas de Leonardo, que é mestrando em ecologia pela UFMG, em torno da Lagoa.

A última etapa do trabalho

consiste na coleta de lixo na orla da Lagoa da Pampulha, realizada no mês de setembro. Neste ano, foram retirados 829 kg de resíduos. O Pampulha Limpa faz parte do programa "Dia Mundial de Limpeza de Praias", organizado pela ONG *The Ocean Conservancy* que atua em mais de 120 países contando com cerca de 40 milhões de voluntários.

Uma das participantes do Pampulha Limpa é a Escola Municipal Alice Nacif, no bairro Itatiaia. A diretora da escola, Mariângela Catta Preta, ressalta que "o projeto é muito interessante por ampliar a noção de cidadania e de meio ambiente" e a Pampulha uma região privilegiada por abrigar a Fundação Zoobotânica e o zoológico, importantes instituições ecológicas. Além de participar do programa, a escola realiza a coleta do papel, cultiva uma horta e desenvolve um projeto de meio ambiente e qualidade de vida. "Nossa escola tinha muitos problemas de pichações e de limpeza, que diminuíram em função da conscientização", afirma Mariângela.

## você sabia...

O *bike-patrolhamento*, que já existe há um ano, está na sua segunda edição graças a doações de Sílvia Rabelo, Magda Pinheiro, Farmácia Trade, Manhattan Boutique, Clery's Presentes, Loja Pano, Pampulha Sound, Pet Supplies, Padaria Santa Marcelina, Livraria e Papelaria Lipy, Rosângela Sapataria, Ponto Certo (consertos), Adega da Pampulha, Tahari e Pan D'Oro.

O dinheiro arrecadado, que soma R\$ 730,00, ajudou na compra de duas bicicletas e dos uniformes e celulares. Esse valor, porém, foi bem inferior ao dos gastos, que somaram R\$ 2680,00.

A finalidade do *bike-patrolhamento* é, principalmente, prevenir e diminuir as ocorrências de criminalidade nos bairros São Luís e São José. Duas duplas de patrulheiros realizam turnos de seis horas por dia durante seis dias da semana. Os horários das rondas variam de acordo com a necessidade dos moradores.

A Associação Pro-Civitas agradece a colaboração de todos e espera que a participação da comunidade seja cada vez maior, para que novas melhorias sejam implementadas.

**Avec**  
ASSESSORIA DE EVENTOS

Rua do Ouro, 104 - sala 403 - Serra  
Telefone: (31) 3227 3974